SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas:
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores independentes. A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	2015	2014 (Reapresentado)
CIRCULANTE		35.456	120.929
Disponibilidades	6	26	18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		275	45.644
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	275	45.644
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		25.401	50.611
Carteira Própria	8a	9.127	29.792
Instrumentos Financeiros Derivativos	8d.1	4.225	-
Vinculados à Prestação de Garantias	8a	12.049	20.819
Operações de Arrendamento Mercantil		(7.605)	(2.109)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		306.601	227.763
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(303.862)	(226.700)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		20.017	52.201
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(20.017)	(52.201)
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(10.344)	(3.172)
Outros Créditos		12.004	21.010
Negociação e Intermediação de Valores	8d.2	-	1.065
Diversos	12a	12.004	19.945
Outros Valores e Bens		5.355	5.755
Bens Não de Uso Próprio		4.686	5.402
Despesas Antecipadas		669	353
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		94.745	564
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		80.757	-
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	80.757	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		13.198	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	8d.1	13.198	-
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		473.434	316.412
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(473.434)	(316.412)
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		11.734	28.433
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(11.734)	(28.433)
Outros Valores e Bens		790	564
Despesas Antecipadas		790	564
PERMANENTE		808.953	650.127
Imobilizado de Uso		434	585
Outras Imobilizações de Uso		723	642
Gastos em Imóveis de Terceiros		623	623
(-) Depreciações Acumuladas		(408)	(296)
(-) Amortização de Gastos em Imóveis de Terceiros		(504)	(384)
Imobilizado de Arrendamento	13c	808.312	649.323
Bens Arrendados		1.160.874	1.035.922
Superveniências de Depreciações	9 e 10a	71.100	58.238
Perdas de Arrendamento a Amortizar		32.998	23.165
(-) Depreciações Acumuladas	13c	(442.876)	(453.758)
(-) Amortização de Perdas de Arrendamento		(13.784)	(14.244)
Intangível		207	219
Licenças de Uso - Software		434	381
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(227)	(162)
TOTAL DO ATIVO		939.154	771.620

PASSIVO	Nota Explicativa	2015	2014 (Reapresentado)
CIRCULANTE		288.694	284.896
Depósitos Interfinanceiros		134.933	90.661
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	15a	134.933	90.661
Obrigações por Empréstimos e Repasses		109.217	118.039
Empréstimos no País	16a	8.925	8.875
Empréstimos no Exterior	16b	100.292	109.164
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	6.530
Operações de Swap	8d.1	-	6.530
Outras Obrigações		44.544	69.666
Fiscais e Previdenciárias	12b	5.996	2.915
Negociação e Intermediação de Valores	8d.2	987	-
Diversas	12c	37.561	66.751
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		566.011	418.454
Depósitos Interfinanceiros		235.042	116.918
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	15a	235.042	116.918
Obrigações por Empréstimos e Repasses		238.289	233.187
Empréstimos no País	16a	3.304	12.229
Empréstimos no Exterior	16b	234.985	220.958
Outras Obrigações		92.680	68.349
Fiscais e Previdenciárias	12b	18.607	14.559
Diversas	12c	74.073	53.790
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		12.836	13.861
Rendas Antecipadas		12.836	13.861
Descontos Obtidos a Diferir	17	12.836	13.861
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.613	54.409
Capital Social	18a	89.398	70.398
Reservas de Capital	23	270	143
Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.158	(369)
Prejuízos Acumulados		(19.213)	(15.763)
TOTAL DO PASSIVO		939.154	771.620

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	2015	2014 (Reapresentado)
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		232.645	116.385
Receita de Operações de Arrendamento Mercantil		196.064	141.232
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.381	5.000
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		32.200	(29.847)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(222.928)	(108.940)
Operações de Captações no Mercado	15b	(16.276)	(6.799)
Despesa de Operações de Arrendamento Mercantil		(141.500)	(116.454)
Operações de Empréstimos e Repasses	16c	(56.506)	14.998
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(8.646)	(685)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		9.717	7.445
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(9.313)	(5.771)
Receitas de Prestação de Serviços		336	357
Rendas de Tarifas Bancárias		59	17
Despesas de Pessoal		(5.400)	(4.575)
Outras Despesas Administrativas	20	(2.789)	(2.191)
Despesas Tributárias		(2.515)	(1.082)
Outras Receitas Operacionais	21	1.195	1.824
Outras Despesas Operacionais	22	(199)	(121)
RESULTADO OPERACIONAL		404	1.674
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		846	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.250	1.668
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(5.225)	(2.200)
Imposto de Renda Corrente		(3.111)	(803)
Contribuição Social Corrente		(2.468)	(800)
Ativo Fiscal Diferido		354	(597)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE		(3.975)	(532)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		(1.220)	(207)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2015	2014 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Semestre		(3.975)	(532)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		184.518	50.247
Depreciações e Amortizações		135.823	82.587
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	9	1.418	(7.059)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(80)	597
Variação Cambial de Empréstimos		38.653	(26.563)
Plano de Pagamento Baseado em Ações		101	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários		(43)	-
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	8.646	685
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		180.543	49.715
Variação de Ativos e Obrigações		72.596	136.094
Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		3.494	677
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(68.867)	(45.644)
Redução de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		18.016	92.970
Redução (Aumento) de Outros Créditos		5.227	(5.764)
Redução (Aumento) de Outros Valores e Bens		(475)	941
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(12.247)	12.945
Aumento em Depósitos Interfinanceiros		127.932	76.614
(Redução) Aumento em Resultado de Exercícios Futuros		(484)	3.355
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		253.139	185.809
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		(424.114)	(191.612)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		192.617	51.157
Aquisição de Imobilizado de Uso		(18)	(140)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	14
Aquisição de Ativo Intangível		(5)	(193)
Alienação de Ativo Intangível		-	67
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento.		(231.520)	(140.707)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	18a	19.000	-
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(40.620)	(45.119)
Caixa Líquido oriundo das (investido nas) Atividades de Financiamento		(21.620)	(45.119)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	(17)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	6	27	35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	6	26	18

(continua)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Reapresentado)

(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		70.398	143	842	(15.231)	56.152
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(1.211)	-	(1.211)
Prejuízo do Semestre		-	-	-	(532)	(532)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		70.398	143	(369)	(15.763)	54.409
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		70.398	169	790	(15.238)	56.119
Aumento de Capital (homologado em 16/01/2015)	18a	19.000	-	-	-	19.000
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	101	-	-	101
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	368	-	368
Prejuízo Líquido do Semestre		-	-	-	(3.975)	(3.975)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		89.398	270	1.158	(19.213)	71.613

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale – Paris, e atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A. (controlador), sendo o suporte financeiro para as operações mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; **e)** CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Foram efetuadas reapresentações nas demonstrações financeiras e notas explicativas de 30 de Junho de 2014 para melhor comparação com as informações de 30 de Junho de 2015, conforme segue:

a) Balanço Patrimonial:	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
Circulante - Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	2.779	136	2.915
Circulante - Outras Obrigações - Diversas	67.170	(419)	66.751
Prejuízos Acumulados	(16.046)	283	(15.763)
Patrimônio Líquido	54.126	283	54.409

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

b) Demonstrações do Resultado:	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
Outras Despesas Administrativas	(2.610)	419	(2.191)
Imposto de Renda Corrente	(730)	(73)	(803)
Contribuição Social Corrente	(737)	(63)	(800)
Prejuízo do Semestre	(815)	283	(532)

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

c) Demonstrações dos Fluxos de Caixa:	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
Prejuízo do Semestre	(815)	283	(532)
Variação de Ativos e Obrigações - Aumento em Outras Obrigações	13.228	283	12.945

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

d) Nota Explicativa 12 - Outros Créditos e Outras Obrigações:	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	1.467	136	1.603
Outras Obrigações - Diversas	730	(419)	311

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

e) Nota Explicativa 14 - Imposto de Renda e Contribuição Social:	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
Outras Despesas não-dedutíveis - I.R.	(30)	(105)	(135)
Outras Despesas não-dedutíveis - C.S.	(18)	(63)	(81)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa - I.R.	319	32	351
Total da Despesa Imposto de Renda	(1.765)	(73)	(1.838)
Total da Despesa Contribuição Social	(299)	(63)	(362)
Prejuízo Fiscal (nota de rodapé)	64.349	(2.630)	61.719

Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo com o Banco KFW e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo. A reapresentação do saldo de prejuízo fiscal é em função de compensações dos exercícios de 2010 e 2012 não baixadas no Lalur.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber:** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira – "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento:** As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação:** A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos:** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar:** Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação:** Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Negociação e intermediação de valores:** Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores. **l) Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1°, referendado pela Resolução CMN nº 3.566/08. **m) Obrigações por empréstimos:** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **q) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior freqüência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **s) Mensuração a valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **u) Resultado por ação:** A divulgação do lucro (prejuízo) por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), em conjunto com a matriz do grupo em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica na Sociedade. O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. (instituição líder do conglomerado). **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado do Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder") é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Société Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Société Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, a Sociedade identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) análise sistemática das perdas operacionais históricas; ii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iii) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; iv) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("Compliance"); v) plano de continuidade de negócios; e vi) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado na instituição líder, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013 e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso sitio no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. Além disso, a SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade") mantém em seu sitio (www.sgef.com.br) um vínculo direcionando à instituição líder (www.sgbrasil.com.br) na rota: Institucional/Gestão de Riscos.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O Conglomerado do Grupo Société Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; iii. Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	26	18
Total	26	18

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI Pós junto ao Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder"), com vencimentos até 2017.

	2015	2014
Aplicações depósitos interfinanceiros ligada (nota explicativa nº 19 a)	81.032	45.644
Total	81.032	45.644
Curto prazo	275	-
Longo prazo	80.757	45.644

b) Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros ligada:

	2015	2014
Rendas de aplicações CDI ligadas (nota explicativa nº 19 a)	2.520	2.220
Total	2.520	2.220

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de Junho de 2015 e de 2014 por categoria:

	2015 Valor de Curva	2015 Valor de Mercado	2014 Valor de Curva	2014 Valor de Mercado
Títulos e Valores Mobiliários				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
Livres:	9.192	9.127	29.787	29.792
Títulos disponíveis para venda-LTN	9.192	9.127	29.787	29.792
Vinculados à Prestação de Garantias:	12.135	12.049	20.824	20.819
Títulos disponíveis para venda-LTN	12.135	12.049	20.824	20.819
Total	21.327	21.176	50.611	50.611

Conforme previsto na Circular no 3.068/01 do BACEN, a partir de 30 de Junho de 2014, a Sociedade reavaliou a classificação de seus títulos e valores mobiliários, reclassificando-os da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Títulos disponíveis para venda". A reclassificação visa à aderência com a atual gestão de riscos do grupo. Dessa forma, o efeito da "marcação a Mercado" passou a impactar diretamente o Patrimônio Líquido, e não mais o Resultado.

a.1) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda":

Em 30 de Junho de 2015	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM Líquido Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.327	21.176	(151)	61	(90)
Total	21.327	21.176	(151)	61	(90)

Em 30 de Junho de 2014	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM Líquido Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.611	50.611	-	-	-
Total	50.611	50.611	-	-	-

b) Composição por prazo de vencimento:

	2015 Títulos Disponíveis para Venda	2015 Total	2014 Títulos Disponíveis para Venda	2014 Total
A vencer até 3 meses:	-	-	26.453	26.453
A vencer de 3 a 12 meses:	21.176	21.176	24.158	24.158
Total	21.176	21.176	50.611	50.611

c) Composição por emissor:

	2015	2014
Operações de Swap:		
Privados - Banco Société Générale Brasil (saldo líquido)	17.423	(6.530)
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo Federal	21.176	50.611

d) Instrumentos financeiros derivativos:

d.1) Operações de Swap:

	2015 Ativo (Passivo)	2015 Receita (Despesa)	2014 Ativo (Passivo)	2014 Receita (Despesa)
Diferencial a receber	17.423	17.695	-	-
Diferencial a pagar	-	(6.812)	(6.530)	(8.995)
Total (nota explicativa nº 19 a)	17.423	10.883	(6.530)	(8.995)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos avaliados a mercado em 30 de Junho de 2015:

	Valor de Referência				
Indexador	Operações registradas na BM&F Bovespa	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
Dólar x Pré (Fluxo de Caixa)	-	55.524	55.524	10.155	17.423

d.2) Mercado Futuro:

	2015 Valor dos Contratos	2015 Ajuste a receber (pagar)	2014 Valor dos Contratos	2014 Ajuste a receber (pagar)
Índice:				
DDI	182.465	(886)	196.668	963
DI	120.992	(101)	168.697	102
Total	303.457	(987)	365.364	1.065

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores".

Em 30 de Junho de 2015 – Valores referenciais	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	47.261	28.597	227.599	-	303.457
Total	47.261	28.597	227.599	-	303.457

Em 30 de Junho de 2014 – Valores referenciais	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	48.700	76.757	239.907	-	365.364
Total	48.700	76.757	239.907	-	365.364

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais registrados como "Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados", no montante de R$ 12.049 (R$ 20.819 em 2014). O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA.

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge accounting: A estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa da Sociedade é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de hedge, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082 do BACEN. As estruturas de hedge são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quanti-

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R$)

dade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos futuros é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada considerando as análises prospectiva e retrospectiva, cujo intervalo deve estar entre 80% e 125%. Na Sociedade, atualmente esta efetividade é de 100%, em média. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBOVESPA. Os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2015 e 2017. Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge são representados como segue:

Hedge de Fluxo de Caixa:

Em 30 de Junho de 2015:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas – empréstimos	(151.841)	(155.924)	(4.083)
Instrumento de hedge	**Valor na Curva**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Valor de Mercado**
Contratos de futuros – ativo DDI	154.941	155.889	948
Contratos de futuros – ativo DI	(111.667)	(106.450)	5.217

Em 30 de Junho de 2014:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas – empréstimos	(124.014)	(129.850)	(5.836)
Instrumento de hedge	**Valor na Curva**	**Valor de Mercado**	**Ajuste a Valor de Mercado**
Contratos de futuros – ativo DDI	127.630	129.916	2.286
Contratos de futuros – ativo DI	(120.746)	(117.812)	2.933

9.SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

No semestre findo em 30 de Junho de 2015, foi registrada insuficiência de depreciação no valor de R$ 1.418 (superveniência de R$ 7.059 em 2014), estando registrada contabilmente nas contas relacionadas às operações de arrendamento mercantil, na Demonstração de Resultado, e no Balanço Patrimonial o valor de R$ 71.100 (R$ 58.238 em 2014).

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	2015	2014
Arrendamentos a receber - setor privado	764.897	517.572
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(762.158)	(516.509)
Arrendamento a receber – setor público	31.751	80.634
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(31.751)	(80.634)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	703.858	556.893
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 13 a)	71.100	58.238
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa nº 13 a)	19.214	8.921
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 12 c)	(80.143)	(80.555)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	716.768	544.560

a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:

	2015		2014	
Prazo:	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	3.737	0,5%	1.105	0,2%
A vencer até 3 meses	87.387	12,2%	78.334	14,4%
A vencer de 3 a 12 meses	225.292	31,4%	187.869	34,5%
A vencer de 1 a 3 anos	317.985	44,4%	237.237	43,6%
A vencer de 3 a 5 anos	75.461	10,5%	32.158	5,9%
A vencer de 5 a 15 anos	6.906	1,0%	7.857	1,4%
Total	716.768	100,0%	544.560	100,0%

a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade:

	2015		2014	
Setor Privado:	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	89.534	12,49%	84.220	15,47%
Comércio	106.632	14,88%	87.991	16,16%
Instituição Financeira	43.102	6,01%	22.838	4,19%
Outros Serviços	445.998	62,22%	269.454	49,48%
Setor Público:				
Outros Serviços	31.502	4,40%	80.057	14,70%
Total	716.768	100,00%	544.560	100,00%

a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2015	2014
Principal devedor	25.719	80.057
10 seguintes maiores devedores	160.715	210.741
20 seguintes maiores devedores	142.037	122.815
50 seguintes maiores devedores	165.609	82.368
100 seguintes maiores devedores	128.119	45.056
Demais devedores	94.569	3.523
Total	716.768	544.560

b) Arrendamento operacional:

	2015	2014
Arrendamentos a receber - setor privado	13.470	26.603
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(13.470)	(26.603)
Total	-	-

b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento:

	2015		2014	
Prazo:	Valor	%	Valor	%
A vencer até 3 meses	2.239	16,6%	3.689	13,9%
A vencer de 3 a 12 meses	4.272	31,7%	5.429	20,4%
A vencer de 1 a 3 anos	5.810	43,1%	11.645	43,8%
A vencer de 3 a 5 anos	1.149	8,6%	5.840	21,9%
Total	13.470	100,0%	26.603	100,0%

b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	2015		2014	
Setor privado:	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	1.773	13,16%	3.935	14,79%
Outros serviços	11.697	86,84%	22.668	85,21%
Total	13.470	100,00%	26.603	100,00%

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2015, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R$ 10.344 (R$ 3.172 em 2014). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

		2015				2014			
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	0,0%	632.501	17	632.518	-	518.279	-	518.279	-
A	0,5%	33.896	43	33.939	170	15.036	417	15.453	77
B	1,0%	20.883	366	21.249	212	1.985	56	2.041	20
C	3,0%	2.109	175	2.284	69	1.086	120	1.206	36
D	10,0%	380	68	448	45	4.432	304	4.736	474
E	30,0%	19.559	2.428	21.987	6.596	373	27	400	120
F	50,0%	1.634	535	2.169	1.084	-	-	-	-
G	70,0%	-	21	21	15	-	-	-	-
H	100,0%	1.042	1.111	2.153	2.153	1.545	900	2.445	2.445
Total		712.004	4.764	716.768	10.344	542.736	1.824	544.560	3.172

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2015	2014
Saldo inicial	1.698	2.487
Constituição	8.646	685
Saldo final	10.344	3.172

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2015	2014
Adiantamentos e antecipações salariais	205	172
Créditos tributários	60	246
Impostos a compensar	10.854	14.647
Devedores diversos País	810	4.734
Outros	75	146
Total	12.004	19.945

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2015	2014 (Reapresentado)
Provisão para impostos e contribuições	5.579	1.603
Impostos e contribuições a recolher	417	1.312
Provisão p/imposto de renda diferido s/superveniência de depreciação (*)	17.775	14.559
Provisão para imposto diferido sobre MTM	832	-
Total	24.603	17.474
Curto prazo	5.996	2.915
Longo prazo	18.607	14.559

(*) nota explicativa nº 14 c

c) Outras obrigações - diversas:

	2015	2014 (Reapresentado)
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10 a)	80.143	80.555
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	31.408	39.664
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa n° 19 a)	83	11
Credores diversos Exterior - fianças	-	311
Total	111.634	120.541
Curto prazo	37.561	66.751
Longo prazo	74.073	53.790

(i) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R$ 19.442 (R$ 31.633 em 2014), provisão para fundo de reserva de financiamento, no montante de R$ 6.997 (R$ 4.240 em 2014), pagamento de despesas de pessoal, no montante de R$ 2.098 (R$ 2.369 em 2014), e outros pagamentos, no montante de R$ 2.871 (R$ 1.422 em 2014).

13. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2015	2014
Máquinas e equipamentos	14,29%	681.684	503.369
Móveis e utensílios	14,29%	250	250
Equipamentos de informática	28,57%	264.524	294.113
Veículos e afins	28,57%	82.467	90.189
Aeronaves	28,57%	107.024	112.780
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10 a)		71.100	58.238
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		19.214	8.921
Depreciação acumulada		(432.091)	(443.808)
Total		794.172	624.052

(*) notas explicativas nº 3 i e 10 a

b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2015	2014
Equipamentos de informática	28,57%	24.863	35.061
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		62	160
Depreciação acumulada		(10.785)	(9.950)
Total		14.140	25.271

(*) nota explicativa nº 3 i

c) Bens Arrendados – Total:

	Taxa anual de Depreciação (%)	2015	2014
Máquinas e equipamentos	14,29%	681.684	503.369
Móveis e utensílios	14,29%	250	250
Equipamentos de informática	28,57%	289.387	329.174
Veículos e afins	28,57%	82.467	90.189
Aeronaves	28,57%	107.024	112.780
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10 a)		71.100	58.238
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		19.276	9.081
Depreciação acumulada		(442.876)	(453.758)
Total		808.312	649.323

(*) nota explicativa nº 3 i

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.250	1.249	1.250	1.249
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(312)	(312)	(187)	(187)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças permanentes:				
Juros indedutíveis - Lei 12.249/10	(691)	(488)	(414)	(293)
Outras despesas não-dedutíveis	(39)	(135)	(24)	(81)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos:				
Resultado com marcação a mercado	(833)	(229)	(500)	(137)
Insuficiência de depreciação	(354)	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	(2.162)	(171)	(1.297)	(103)
Outras diferenças temporárias	(77)	(854)	(46)	439
Lucro Real antes das compensações	(4.468)	-	(2.468)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.340	351	-	-
Lucro Real após as compensações	(3.128)	-	(2.468)	-
Adicional (20 mil/mês)	12	-	-	-
Imposto de Renda Apurado	(3.116)	-	(2.468)	-
Deduções do IR (PAT)	5	-	-	-
Imposto de Renda a Pagar	(3.111)	-	(2.468)	-
Diferido sobre Insuficiência	354	-	-	-
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.757)	(1.838)	(2.468)	(362)

Em 30 de Junho de 2015, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R$ 64.001 (R$ 61.719 em 2014 - reapresentado) e diferenças temporárias referentes à provisão não dedutível de R$ 18.054 (R$ 3.473 em 2014), totalizando o montante de R$ 82.055 (R$ 65.192 em 2014), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R$ 20.514 (R$ 16.298 em 2014) e contribuição social (15%) no montante de R$ 2.708 (R$ 521 em 2014), que será contabilizado quando atendidas todas as condições da Resolução BACEN nº 3.059/02.

b) Constituição (realização) do imposto de renda diferido:

	2015	2014
Base de cálculo:		
Superveniência (Insuficiência) de depreciação	71.100	58.238
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição (realização) sobre diferenças temporárias	17.775	14.559

c) Movimentação do imposto de renda diferido:

	2015	2014
Saldo inicial	18.129	13.962
Adições (exclusões) líquidas	(354)	597
Saldo final (nota explicativa nº 12 b)	17.775	14.559

15. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

a) O saldo de depósito interfinanceiro refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto ao Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder").

	2015	2014
Depósito interfinanceiro ligada (nota explicativa nº 19 a)	369.975	207.579
Total	369.975	207.579
Curto prazo	134.933	90.661
Longo prazo	235.042	116.918

b) Resultado com depósito interfinanceiro ligada:

	2015	2014
Variação CDI ligadas (nota explicativa nº 19 a)	(16.276)	(6.799)
Total	(16.276)	(6.799)

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Captações no País - Resolução nº 2.921: Em 11 de outubro de 2012, a Sociedade captou empréstimo com o Banco HSBC Brasil, vinculado com base nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, contratadas segundo a Resolução 2.921/02 do Banco Central do Brasil, no montante de R$ 27.928, com juros de 0,54727% a.a. e taxa de 100% do CDI, e vencimento em 03 de outubro de 2016. Nova captação com essas mesmas características ocorreu em 28 de dezembro de 2012, desta vez no montante de R$ 7.556, com juros de 0,558% a.a. e taxa de 100% do CDI, com vencimento em 03 de dezembro de 2016.

	2015	2014
Empréstimos no País – não ligadas	12.229	21.104
Total	12.229	21.104
Curto prazo	8.925	8.875
Longo prazo	3.304	12.229

b) Captações no Exterior: A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,73% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 04 de Dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R$ 97.211, com juros de 1,968% a.a. e vencimento em 06 de Novembro de 2017.

	2015	2014
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (*)	255.538	250.895
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas	79.739	79.227
Total	335.277	330.122
Curto prazo	100.292	109.164
Longo prazo	234.985	220.958

(*) nota explicativa nº 19 a

c) Resultado com operações de empréstimos e repasses:

	2015	2014
Juros - não ligadas	(920)	(858)
Variação Cambial - não ligadas	(13.606)	5.607
Outros - não ligadas	(1.240)	(709)
Impostos - ligadas	(327)	(455)
Juros - ligadas	(6.445)	(3.478)
Variação Cambial - ligadas	(33.968)	14.891
Total	(56.506)	14.998
Total – não ligadas	15.766	4.040
Total – ligadas (nota explicativa nº 19 a)	40.740	10.958

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil, no montante de R$ 12.836 (R$ 13.861 em 2014).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social é de R$ 89.398 (R$ 70.398 em 2014), representado por 3.257.358 ações (2.565.064 em 2014), sendo 1.628.679 ações ordinárias (1.282.532 em 2014) e 1.628.679 ações preferenciais (1.282.532 em 2014), sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. Conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de Janeiro de 2015, foi deliberado o aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R$ 19.000, representado por 692.294 ações, passando assim para um total de 3.257.358 ações, mediante a emissão de 346.147 ações ordinárias e 346.147 ações preferenciais. Esse aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 16 de Janeiro de 2015. **b) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias:** Devido ao prejuízo apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias. **d) Dividendos:** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

19. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	18	17	-	-
Aplicações interfinanceiras (nota nº 7 a e 7 b)	81.032	45.644	2.520	2.220
Outras obrigações diversas (nota nº 12 c)	(82)	(11)	-	-
Depósitos interfinanceiros (nota nº 15 a e 15 b)	(369.975)	(207.579)	(16.276)	(6.799)
Instrumentos financeiros derivativos (nota nº 8 d)	17.423	(6.530)	10.883	(8.995)
Outras despesas administrativas (nota nº 20)	-	-	(143)	(66)
Société Générale - Paris				
Obrigações por empréstimos do exterior (*)	(255.538)	(250.895)	40.740	10.958

(*) nota explicativa nº 16 b e 16 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante global semestral pago a título de remuneração dos Diretores no semestre findo em 30 de Junho de 2015 foi de R$ 962 (R$ 846 em 2014).

Composição do montante pago aos Diretores:

	2015	2014
Proventos	759	668
Contribuição ao INSS	203	178
Total	962	846

Em 30 de Junho de 2015, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Material	20	20
Serviços técnicos especializados	395	310
Processamento de dados	338	167
Serviços do sistema financeiro	622	531
Aluguéis	372	355
Serviços de terceiros	45	110
Manutenção e conservação de bens	49	60
Comunicações	116	96
Transportes	198	78
Promoções e relações públicas	31	31
Viagens	165	114
Amortização e depreciação	148	134
Serviços administrativos prestados - ligada (nota explicativa nº19 a)	143	66
Entidade de classe	25	25
Outras	122	94
Total	2.789	2.191

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Juros e multas	396	387
Juros atualizados créditos tributários	501	457
Ganho variação cambial valor residual antecipado	96	819
Outras	202	161
Total	1.195	1.824

(continua)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R$)

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Outras	199	121
Total	199	121

23. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Apresentamos a seguir o plano de pagamento que está vigente em 30 de Junho de 2015 e foi outorgado a partir de 1º de janeiro de 2010. O plano é classificado como pagamento baseado em ações com liquidação em ações. I - Plano de ações livres ("Paga") – SG Paris: Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo em 31 de Março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). O plano oferece 40 ações por funcionário elegível, distribuídas conforme o parágrafo anterior. No SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil foram 09 funcionários elegíveis, portanto, das ações outorgadas, avaliou-se que 360 seriam empossadas pela empresa. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. A seguir demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 30 de Junho de 2015 e 2014, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

	Movimentação				
	Junho 2013	Constituição	Junho 2014	Constituição	Junho 2015
Plano de ações livres ("Paga")	61	82	143	127	270
Total	61	82	143	127	270

24. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, não constituiu provisão em função de não existir demandas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível: Em 30 de Junho de 2015 não há na Sociedade nenhum registro de processo de natureza civil classificado como perda possível.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale Brasil S.A.("instituição líder") com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

Medida Provisória nº 675/15: Em 21 de Maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória n° 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a vigorar a partir de 1º de Setembro de 2015. A Sociedade aguardará a conversão desta MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

Medida Provisória nº 627/13 convertida na Lei 12.973: Em Novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória n° 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de Dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em Maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1o de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013. A Sociedade elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2015 e de 31 de Dezembro de 2014 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **DIRETORIA** **CONTADOR**: Robson Mackert – CRC nº 1SP 203697/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil

Examinamos as demonstrações financeiras da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras e estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva - Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase - *Reapresentação dos valores correspondentes* - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informações correspondentes ao balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de agosto de 2015

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7